

Planalto dá 300 votos para 5 anos

Levantamento feito ontem prevê também vitória do presidencialismo

Se a Constituinte votasse hoje a duração do mandato do presidente José Sarney, o painel eletrônico de votação certamente registraria, pelo menos, 300 votos favoráveis aos cinco anos. Foi esta a conclusão a que se chegou, ontem, no gabinete de Sarney, após uma reunião com 10 ministros que avaliaram a situação dos constituintes em relação ao mandato do atual Presidente.

O próprio Sarney revelou ontem ao governador de Minas estar confiante na vitória do mandato de cinco anos, por acreditar que os constituintes que assinaram a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), prevendo esta duração para o seu governo, não quebrarão o compromisso assumido. Disse ainda que acredita na manutenção do sistema presidencialista. Ontem, o presidente Sarney assinou a aposentadoria do ministro Thales Ramalho, do TCU, que vai assumir a assessoria política do Palácio do Planalto.

Segundo um dos participantes do encontro, a margem de vantagem próximo a cinco anos cresceu sensivelmente nos últimos dias, melhorando a posição do governo. A explicação para esta mudança é de que está havendo, na reta final da Constituinte, uma conscientização maior por parte dos parlamentares quanto aos riscos que advirão de uma eleição presidencial este ano nos campos econômico, social e político.

A fonte explicou que há ainda um fator que está concorrendo para o aumento dos adeptos dos cinco anos: com a votação pelo sistema de dois turnos, dificilmente a futura Constituição estará homologada em abril. Com a homologação da nova Carta através de dois turnos significa que após sua aprovação o texto voltará a ser votado pelos constituintes quando então será possível, inclusive, al-

terações com supressão de palavras e modificações em sua redação. Pelos cálculos do governo os dois turnos — previstos no regimento interno da Constituinte — certamente impedirão que a Carta esteja homologada em abril.

O otimismo do governo não se limita à questão do mandato de Sarney. Há hoje por parte do staff que vem trabalhando com o objetivo de influenciar os constituintes, a certeza de que será aprovado um sistema de governo novo: o presidencialismo parlamentarizado. Ou seja um presidencialismo com um Congresso forte e um coordenador — espécie de primeiro-ministro — do governo eleito pelo Parlamento.

Um ministro que participou do encontro disse que a situação hoje é bem diferente daquela apresentada pela imprensa com base em amostragens. "O governo faz sua checagem junto a cada um dos 558 constituintes (o presidente da Constituinte não vota) e está convencido de que prevalecerá o mandato de cinco anos para o presidente Sarney e o sistema presidencialista de governo".

Participaram da reunião de avaliação com o presidente Sarney — além do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna e o assessor parlamentar da Presidência da República, Henrique Hargreaves — os seguintes ministros: Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; José Hugo Castello Branco, da Indústria e do Comércio; Borges da Silveira, da Saúde; Hugo Napoleão, da Educação; Jader Barbalho, da Reforma Agrária; Iris Rezende, da Agricultura; João Alves, do Interior; e José Reinaldo, dos Transportes.

Turma do muro vai decidir

Ainda faltando consultar 136 constituintes e com menos entusiasmo do que quando começou, o deputado Milton Reis (PMDB-MG) revelou ontem os últimos resultados da pesquisa que está fazendo a respeito da duração de mandato e sistema de Governo. Os cinco anos têm 211 votos, contra 180 dos quatro anos. Mas existem 31 indecisos nesse tema.

Quanto ao sistema de Governo, o número de indecisos cresce: são 37. Os presidencialistas, de acordo com Milton Reis, somam 205 constituintes e os parlamentaristas, 180. O deputado Jorge Arbage (PDS-PA) pretende se abster nessa votação, enquanto Cunha Bueno mantém-se firme na defesa do sistema monarquista.

Ontem, Milton Reis já não percorria as cadeiras do lado esquerdo do plenário, onde estão sentados os progressistas e os de esquerda, embora preferisse se situar neste lado da casa. Mas eventualmente consultava um colega a respeito dos temas que está pesquisando. Um deles lhe disse que é presidencialista, mas, como queria quatro anos com reeleição, ainda vai pensar melhor sobre como votar agora que sua tese está inviabilizada.

Apesar de se pautar nos números de Milton Reis e de Basílio Vilani (PMDB-PR), que também pesquisa aqueles temas, o líder do Governo, Carlos Sant'Anna arriscou ontem uma previsão a respeito do resultado do mandato: 298 votos a favor dos cinco anos, o que, na prática, é uma margem estreita e vulnerável, como ele próprio reconheceu.

Pesquisa de resultado exaltante oposto promoveu o senador José Richa, ouvindo 554 constituintes, dos quais 242 preferem o parlamentarismo (com 44 de tendência parlamentarista) e 204 o presidencialismo (com 46 de tendência presidencial), uma diferença de 38 votos para o regime de gabinete. Na pesquisa de Richa, há 25 indefinidos, na de Milton Reis 31 indefinidos.

EMPATE TÉCNICO

Parlamentares experientes, como o senador Luis Viana Filho (PMDB-BA), acreditam que exista a hipótese de um empate técnico entre os parlamentaristas e presidencialistas. Ou seja, nem a proposta presidencialista de Humberto Lucena (PMDB-PB), nem a parlamentarista de Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) conseguiriam o quórum de maioria absoluta ou 280 votos.

Nessa hipótese, cria-se o

chamado buraco negro. Há emendas dispersas à disposição do relator, que teria um prazo de 48 horas para apresentar uma fórmula consensual. A emenda Manoel Moreira, que propõe um presidencialismo com práticas parlamentaristas, está dispersa em várias emendas. Para esse conjunto tanto contribuíram parlamentaristas como o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e presidencialistas, como o próprio Manoel Moreira, além do Governo, através do deputado Milton Reis.

O senador José Richa é um dos que acham que colocar em vigência o parlamentarismo, na hipótese de sua aprovação, ainda sob o governo de um presidente hostil a esse regime é preparar o caminho para a sua inviabilização completa. Richa também não concorda com nenhuma fórmula híbrida, como a de Humberto Lucena ou a de Manoel Moreira.

Richa também não nutre simpatia pela fórmula gradualista de implantação do novo regime, argumentando que o parlamentarismo sofreria suas deformações. O deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) observou que a fórmula provisória acabaria sendo permanente, como tudo no Brasil que foi concebido para vigorar durante certo tempo e acaba perdurando — embora não feche a porta a uma negociação em torno da emenda Manoel Moreira.

O que muitos admitem é que existe um equilíbrio de forças entre presidencialistas e parlamentaristas, o que poderá conduzir ao encontro de uma fórmula híbrida, experiência frustrada em 61.

O deputado Ulysses Guimarães mantém-se irredutivelmente presidencialista. Conta-se que, à noite de segunda-feira, durante jantar que tiveram, com pequena assistência (entre os presentes, o ministro Renato Archer), o governador da Bahia, Waldir Pires, dizia que Ulysses "é o nosso presidente da República, mas deve fazer um pronunciamento definindo-se em favor do mandato de quatro anos".

No PMDB, como nos demais partidos, existe a convicção de que uma definição de Ulysses em favor do mandato de quatro anos se-ria a sorte do mandato de cinco anos. Como ouviu Waldir em constrangido silêncio, Ulysses parece disposto a seguir o conselho de governador Orestes Quércia, de conservar certa linha de comunicação com o Palácio do Planalto para não perder dedos preciosos, entre os quais Renato Archer.

JULIO ALCANTARA



Sarney reaproveita móveis de Vargas

Quem entrou, ontem, no gabinete do presidente José Sarney foi surpreendido com a troca do antigo mobiliário — adquirido pelo ex-presidente João Batista Figueiredo — por um conjunto de móveis utilizado pelo ex-presidente Getúlio Vargas no período de 1930 a 1945, a fase da ditadura.

Ao invés da grande mesa retangular que servia nas reuniões ministeriais existe, agora, uma outra redonda com 14 cadeiras — mas que pode receber até 21 —, uma escrivaninha que o Presidente está usando para trabalhar, um grande sofá de couro vermelho e uma estante. Dos móveis antigos permanece, apenas, a cadeira ergométrica utilizada por Sarney em função do problema que tem na coluna.

A TROCA

A idéia da troca surgiu no ano passado quando, em

conversa com o ministro da Administração, Aluizio Alves, o Presidente manifestou seu desejo de dispor de uma sala de despachos com outros móveis mais simpáticos. Alves então sugeriu que requisitasse os móveis do ex-presidente Vargas, de muito bom gosto, que se encontravam depositados nas dependências da Secretaria de Administração Pública — Sedap.

Sugestão aceita, os móveis foram transferidos em dezembro do ano passado para as oficinas do Palácio do Planalto quando teve início o paciente trabalho de recuperação por uma competente equipe de marceneiros. A mudança foi feita no sábado passado mas apenas ontem foi notada pela imprensa quando os fotógrafos subiram ao gabinete presidencial para fotografar o governador de Minas Gerais e, na audiência seguinte, o governador de Goiás, Henrique Santillo (foto).

Aval de Ulysses pode aprovar sistema misto

O presidencialismo congressual ou parlamentarizado — em que o primeiro-ministro exerceria funções de ministro-coordenador — com vigência até janeiro de 1991, quando haveria a implantação do parlamentarismo integral, é a nova proposta que o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RJ), está coordenando, de comum acordo com Ulysses Guimarães.

Os líderes do PMDB na Constituinte e no Senado, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, ainda não se manifestaram, mas aceitaram prosseguir os entendimentos. Os dois senadores paulistas acham que o prioritário é aprovar na Constituinte o sistema parlamentarista e, depois, discutir os detalhes de implantação, agora ou depois de Sarney.

A sugestão de Ibsen Pi-

nheiro, de adotar até o início de 91 o presidencialismo parlamentarizado, não impediria a realização de eleições presidenciais ainda neste ano — que muitos consideram muito difícil evitar "pela reação da sociedade". O eleito indicaria o primeiro-ministro para coordenador, mas sem as funções de chefe de governo.

Se o indicado para o cargo for parlamentar, não haveria votação de seu nome pelo Congresso — o que seria obrigatório se não tiver mandato legislativo. O Congresso, pela maioria absoluta, poderá votar moção de censura. O ministro-coordenador terá de submeter o plano de governo ao Congresso. O presidente poderá delegar atribuições ao ministro-coordenador, menos a de chefe de estado.

Após as eleições parlamentares de 1990 seria ado-

tado efetivamente o sistema parlamentarista, com o primeiro-ministro necessitando da aprovação do Congresso e com funções de chefe de governo.

Pelas notórias ligações do líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, com Ulysses Guimarães, e, ainda, pela adoção do texto da emenda do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) como instrumento do acordo pretendido, a participação do presidente do PMDB torna-se evidente.

Além disso, a emenda Manoel Moreira foi elaborada, a pedido de Ulysses Guimarães, pelo seu assessor especial, advogado Miguel Reale Júnior. Parlamentares ligados ao presidente do PMDB e da Constituinte acham que sem acordo não haverá aprovação de qualquer sistema de governo, agravando o impasse.

Presidencialistas abrem caminho

Os presidencialistas não concluíram ontem a fusão das emendas sobre o sistema de governo, e prosseguem nesse trabalho hoje com algumas questões não definidas, como a moção de censura a ministro — se individual ou coletiva — e a adoção da figura do primeiro-ministro, contestada pelo PT. A principal preocupação na reunião realizada no gabinete do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), foi a de evitar um sistema excessivamente misto que se tornaria inviável. Segundo relato de Lucena, o grupo não abre mão da eleição direta para presidente da República, que deverá ser chefe do Estado e do governo, e nem do fortalecimento do Poder Legislativo.

A emenda coletiva presidencialista é resultado da fusão das propostas de Lucena, Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Edson Lobão (PFL-MA), Theodoro Mendes (PMDB-SP) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). Agora, está sendo examinada a incorporação da emenda de Manoel Moreira (PMDB-SP), que contém a figura do primeiro-

ministro — um presidencialismo parlamentarizado, para evitar os erros do presidencialismo imperial, segundo o autor da proposta.

Proposta levada pelo presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), prevê um primeiro ministro que deverá coordenar o ministério, nomeado pelo presidente da República, demissível ad nutum e aprovado pelo Senado, com 120 dias para trabalhar livremente e, depois desse período, suscetível a moção de censura. Mas ainda não há qualquer decisão sobre isso.

No processo de fusão, segundo Lucena, os presidencialistas estão tendo o cuidado "de não construir um sistema que por seu híbrido venha na prática a se tornar inviável". Ou como disse Maciel: se da fusão resultar um sistema excessivamente misto, poderá haver um impasse institucional. Nesta discussão, o PT tem se colocado frontalmente contrário à adoção da figura do primeiro-ministro, pois isso, de acordo com José Geonino, significaria a adoção do parlamentarismo.

No debate sobre a moção de censura, a tendência foi a de aceitá-la se feita individualmente. A idéia é a de que o ministro — inclusive o militar — poderá ser exonerado se a moção de censura for aprovada por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados (a moção terá que ser apresentada por no mínimo um terço dos deputados).

Uma questão que dividia os presidencialistas foi superada: a do mandato do presidente da República. Conforme explicou Lucena, a matéria será votada em separado, depois da votação do sistema de governo.

Superadas as divergências, há um consenso entre os presidencialistas de que o sistema deverá ser implantado imedia. Hoje os presidencialistas reúnem-se novamente e a expectativa tamentecena é a de que em 48 horas o texto esteja "fechado". O presidente do Congresso acha difícil um entendimento com os parlamentaristas, "porque eles também estão achando que vão ganhar, e as posições estão muito radicalizadas". Mas observou que os presidencialistas estão abertos ao diálogo.

Righi quer a si ou Ermírio para premier

Disposto a enfrentar a campanha eleitoral para o cargo de primeiro-ministro caso a Constituinte aprove o sistema parlamentarista de governo e o candidato natural do PTB, Antonio Ermírio de Moraes, não aceita a candidatura por esse sistema, o líder do partido na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), parlamentarista declarado, apesar disso vê o Congresso Nacional muito dividido em torno dessa questão, considerando difícil uma previsão.

Righi, contudo, acredita que Antônio Ermírio, "por ser um candidato suprapartidário que circula com facilidade entre o PFL e PMDB", seria um ótimo primeiro-ministro para o Brasil, e ao defender emenda constitucional do PTB que permite a todos os cidadãos, independente do fato de contarem com um currículo parlamentar, se candidatarem a esse posto, alerta: "ninguém parou para pensar e todo o PMDB fala no nome do Dr. Ulysses, mas tenho certeza de que Ermírio de Moraes leva muito peemedebista com ele".

Montoro quer apresentar plataforma

"Não há nada mais perto da Presidência da República do que o governo de São Paulo". A frase foi dita ontem, no gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso, pelo ex-governador Franco Montoro, que insiste na convocação do Diretório Nacional do PMDB, quando pretende apresentar, à discussão do partido, um projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Montoro conversou ontem, em Brasília, com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, com os senadores José Richa e Fernando Henrique Cardoso, e com o deputado Pimenta da Veiga. E cada vez mais candidato, até porque se considera, dentro do partido, o homem com maior experiência administrativa, obtida durante o período em que governou São Paulo.



Aureliano prometeu não fazer oposição a Sarney

Aureliano espera a Carta para se lançar

Porto Alegre — o ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, reafirmou ontem, em Porto Alegre, que só vai discutir sua candidatura à Presidência da República após a promulgação da Constituição. Ao mesmo tempo, disse que se reunirá com o empresário Antônio Ermírio de Moraes depois do término da Constituinte e que os dois decidiram adiar o encontro que tinham marcado para não desviar as atenções dos trabalhos de elaboração da nova Carta.

Falando em uma reunião da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), o Ministro considerou "válidas" as conversações de seu partido com Ermírio, "porque na

democracia todas as conversações são positivas, já que este é o regime do diálogo". Entretanto, negou que estes contatos sejam para discussão da chapa presidencial do PFL, assunto que ele só quer ver abordados após a Constituinte. Segundo Aureliano, foi justamente o interesse em não perturbar a Constituinte que levou ao adiamento de seu encontro com Ermírio.

O Ministro se declarou "um dos responsáveis pela Nova República", negando qualquer possibilidade de rompimento com o governo. Afirmou inclusive que "se esta fosse uma condição sine qua non para minha candidatura, eu não seria candidato".

EUGÊNIO NOVAES



O presidencialismo juntou constituintes do PMDB, PFL, PDT e PT no gabinete do senador Humberto Lucena

CORREIO RURAL É O CANAL DE COMUNICAÇÃO ENTRE O GOVERNO E O HOMEM DO CAMPO. CORREIO RURAL